

Rio de Janeiro, 23/11/2001

Não é necessário falar sobre a dívida pois os ilustres companheiros de mesa, Professor Dércio Garcia Munhoz e o Deputado Federal Sérgio Miranda, são mestre no assunto. Por isso, vou me ater mais aos aspectos com os quais estamos lidando, à frente da luta pela Auditoria Cidadã da Dívida.

É preciso registrar que o Deputado Sérgio Miranda foi um dos maiores encorajadores dessa luta, comparecendo a diversas reuniões do grupo de estudos em nossa Delegacia Sindical em BH.

Também o Professor Dércio Garcia Munhoz já esteve conosco em BH, no primeiro encontro dos grupos de estudos, realizado em junho deste ano, e tem sido nosso grande e importante orientador, nosso porto seguro.

A luta da Auditoria Cidadã da Dívida se respalda no voto de mais de 6 milhões de cidadãos que participaram do Plebiscito realizado pela Campanha Jubileu Sul no ano passado, em todo o país, e que querem ver cumprida nossa Constituição Federal.

Decorre da necessidade de saber a verdade sobre essa dívida

- n que nos torna tão dependentes, ferindo nossa soberania;
- n que nos deixa frágeis e vulneráveis, suscetíveis a toda e qualquer crise econômico-monetária que ocorre pelo mundo afora;
- n que serviu de justificativa para que o atual governo implementasse a política de entreguismo mais drástica de que se tem notícia no mundo, privatizando quase todo o nosso patrimônio público;
- n que cresce como uma bola de neve, principalmente em função de uma política de juros das mais nefastas e injustas e que está se prestando a transferir toda riqueza e renda para as mãos dos banqueiros e rentistas e, enfim, a auditoria é para
- n desvendar essa dívida e denunciar o que ela está provocando nos salários (especialmente dos servidores públicos), e como essa dívida está prejudicando a vida dos cidadãos, na medida em que impede os investimentos necessários em saúde, educação e no combate à miséria, que alcança o vergonhoso contingente de 53 milhões de pessoas em nosso rico país.

O Brasil não está só nesse processo. A dívida tem sido um mecanismo de espoliação praticada pelos países mais ricos do mundo há muito tempo, submetendo as nações em desenvolvimento. E a ânsia de buscar uma saída para esse quadro de dependência e espoliação é generalizada.

A Auditoria Cidadã da Dívida está sendo vista como uma oportunidade de se criar um espaço político para a discussão permanente sobre o processo de endividamento, levantando documentos e fatos que demonstrem claramente a ilegitimidade desse processo e fundamentem a busca de alternativa concreta e viável.

É por isso que estamos sendo demandados a organizar um grande Seminário no Forum Social Mundial de 2002, em Porto Alegre. A demanda partiu de representantes da Argentina, África do Sul e alguns países da Ásia presentes à reunião do Comitê Internacional do FSM.

Em 1987, o então Senador Carlos Chiarelli falou sobre a necessidade dos países devedores agirem conjuntamente, no sentido de melhorar as condições. Também o Senador Jamil Haddad disse que tinha uma visão diferente: "Eu acho que para se combater um cartel de credores, há de se ter um cartel de devedores, caso contrário a balança desequilibra violentamente contra estes."

Acreditamos que possa ser articulado um movimento mundial de auditoria e, com base nas provas e evidências trazidas à tona, sejam atendidas as reivindicações de revisão desse processo que fere tudo que conhecemos sobre ética e justiça como diz:

Agora, no Brasil, o momento é mais do que propício para esse movimento pela auditoria. Agora este governo que está aí diz que está tudo certo. O Banco Central, há 2 meses, anunciou a existência de um "erro" de 30,3 bilhões de dólares no valor da dívida externa. Dias depois, anunciou mais "erro" - uma bagatela de 2,4 bilhões de dólares, totalizando 32,7 bilhões de dólares.

A imprensa noticiou que "A equipe do BC afirmou que a mudança no cálculo da dívida externa teve como objetivo adaptar os cálculos feitos pelo BC a normas adotadas internacionalmente."

Diante disso, perguntamos:

- Quais são essas "normas adotadas internacionalmente"?
- Elas estão de acordo com a legislação brasileira?
- O Senado Federal (que tem a função de aprovar negociações com o exterior) conhece tais normas?
- Quais as bases técnicas que embasaram os cálculos adotados na referida "adaptação"?

Todas estas perguntas estão sem respostas.

O "ERRO" de 32,7 bilhões de dólares foi anunciado como decorrente de duas razões:

- n Parte se referiria à adoção de novo critério que reclassificou empréstimos como investimentos diretos.

Temos mais perguntas:

- Quais as justificativas para a adoção do novo critério?
- Quais os reflexos de tal medida no volume de compromissos do País para com o exterior (juros x remessa de lucros ou dividendos)?
- Quais são essas matrizes e essas filiais envolvidas na reclassificação anunciada?

n A outra parte, pasmem, se referiria a parcelas que teriam sido pagas sem que o Banco Central tivesse tido conhecimento. Diretor do BACEN admitiu que poderiam ter sido efetuadas através de remessas via CC-5.

Todos conhecemos o estigma das contas CC-5, "pelas quais o dinheiro pode ir e vir do país sem qualquer controle ou restrição, à maneira de um bom e confiável paraíso fiscal" (Klaus Kleber). Devemos exigir todos os documentos que embasaram essas alterações de classificação, bem como remessas desconhecidas.

O agradável e surpreendente anúncio de redução de 32,7 bilhões de dólares no montante de nossa dívida externa pode, na verdade, estar ocultando outro meio de propiciar mais garantias e crescentes ganhos ao capital internacional que, depois de muito bem remunerado como empréstimo, na iminência de algum risco, se reveste da forma de investimento direto, garante altos lucros e vai embora quando quer.

Esse erro anunciado pelo Bacen serviu pelo menos para comprovar que existe erro significativo em nossa dívida. Auditá-la será um ato de respeito ao povo brasileiro.

Resgatando um pouco de nossa história, é fundamental recordar toda a leviandade que envolveu o nascimento da dívida externa brasileira. O Professor Marcos Arruda (PACS) gosta de ressaltar a barganha feita entre D. Pedro I e seu pai, D. João VI: "Olha pai, eu fico aqui, no poder, você volta para Portugal, e nós lhe pagamos tudo que deixou aqui - propriedades e terras." E, a esse título, muito, muito ouro foi enviado à Corte Portuguesa. Além disso, o Brasil teve que assumir dívida de 3,1 milhões de libras esterlinas que Portugal havia assumido junto à Inglaterra, exatamente para lutar contra a nossa independência. Quanta infâmia!

O país foi pagando dívidas até que em 1931, na época do Presidente Getúlio Vargas, ele determinou que o próprio Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, procedesse uma auditoria em nossa dívida externa.

Essa auditoria não foi nada política e constatou, sem grandes dificuldades, que somente 40% dos contratos encontravam-se devidamente documentados; os valores reais das remessas eram ignorados e, ainda, não havia contabilidade regular da dívida externa federal.

Apesar de ter servido para cancelar boa parte da dívida, na época não se cuidou de reivindicar a reparação pelo que havia sido pago, até ali, sem contrato ou qualquer outro documento.

Como vêem, a idéia de auditoria não é nova.

Outra experiência relacionada com o levantamento de dados relacionados ao endividamento ocorreu em 1987, quando se instalou uma Comissão especial no Congresso Nacional com a atribuição de "examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos interno e externo". O Relator desta Comissão Especial era o Senador Fernando Henrique Cardoso.

O Relatório da Comissão foi apresentado em março de 1988, merecendo destaque algumas conclusões do relator, que provam que havia plena consciência quanto à co-responsabilidade dos credores internacionais, e que cerca de ¼ da dívida externa brasileira referia-se a juros sobre juros, em decorrência da alteração da taxa de juros pelos Estados Unidos:

"O possível confronto entre os países produtores-exportadores e os países consumidores de petróleo foi evitado pelo endividamento dos países em desenvolvimento, através da reciclagem dos petrodólares." (página 6)

"O engajamento dos países em desenvolvimento nesse processo foi possibilitado, obviamente, pelos bancos internacionais, que concediam os empréstimos; endossado pelo FMI, que acompanhava a avaliava, anualmente, as economias dos seus membros; e, encorajado pelos governos dos países credores, que deram apoio político à estratégia de crescimento econômico com financiamento externo. Torna-se evidente, desta perspectiva, que a crise da dívida externa do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores." (página 6)

Referindo-se à elevação das taxas de juros provocada pelos Estados Unidos, FHC afirmou que "Grosso modo, pode-se afirmar que cerca de ¼ da dívida externa brasileira referem-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real de bens e serviços para o país." (Página 10)

A conclusão de FHC foi categórica:

"A situação que ora vivemos - arrocho salarial direto dos trabalhadores no setor público e indireto de toda força de trabalho, submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes bancos internacionais, etc - não passa de uma encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País." (página 159)

Após sete anos em que o próprio FHC ocupa a presidência, a frase de sua autoria continua super atual.

Todas as irregularidades levantadas provocaram muita indignação, mas ficou no discurso. Na prática, serviram para introduzir dispositivo na Constituição

Federal de 1988, determinando a realização da Auditoria da Dívida Externa (artigo 26 das Disposições Constitucionais Transitórias).

Em cumprimento a esse dispositivo, instalou-se outra comissão no Congresso, no ano de 1989. A auditoria não chegou a ser realizada, mas os relatores prestaram importante serviço à nação, registrando fatos gravíssimos e até então ignorados pela sociedade.

O primeiro relator, senador Severo Gomes, efetuou importante levantamento dos aspectos jurídicos que envolvem o processo de endividamento brasileiro, tendo constatado que todos os instrumentos continham modalidades de cláusulas desenganadoramente nulas de pleno direito, por aberrantemente infringentes da Constituição.

Merecem destaque especial as cláusulas de renúncia à alegação de nulidade e à argüição de nossa soberania. Nas palavras do saudoso Senador Severo Gomes: "Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos. De notar, aliás, a grosseria dos credores, ou a pusilanimidade dos negociadores brasileiros, admitindo uma cláusula que, sobre ferir os brios nacionais, é fundamentalmente inútil, no contexto da negociação. ... Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerte e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores... Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei ... em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos."

O Relatório Final dessa Comissão Mista foi de autoria do Deputado Federal Luiz Salomão (aqui do Rio de Janeiro e que também esteve conosco no encontro dos grupos de estudos realizado em junho).

O Deputado ressaltou a factibilidade de reduzir o montante da dívida externa, deduzindo-se do principal consignado pelos bancos que emprestaram a juros flutuantes o excedente, avaliado em simulações feitas pelo Banco Central, que variavam de 34 a 62 bilhões de dólares, na época.

Também considerou indispensável a retomada das investigações e dos processos judiciais tendentes a recuperar as perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos, a responsabilizar penalmente os responsáveis internos e os cúmplices externos, bem como repatriar as divisas evadidas clandestinamente.

Nas palavras do próprio deputado: "Manobras impediram que o relatório fosse votado na Comissão Mista ... Sem o apoio da maioria da Comissão, o parecer foi levado a exame do Plenário do Congresso ... os partidos majoritários na Câmara e no Senado optaram pela omissão."

Mais dramático ainda é o fato de que as conclusões do referido Relatório foram completamente ignoradas também pelos negociadores do Acordo da Dívida Externa, celebrado com os Bancos Privados, logo em seguida, através do qual se trocou a dívida contratual por títulos públicos - bônus.

Documento de 1994, de autoria do Prof. Paulo Nogueira Batista Jr. & Armênio de Souza Rangel (Caderno Dívida Externa), contém importante análise: "A finalização do acordo ocorreu durante a gestão de um Ministro da Fazenda que preparava sua candidatura à Presidência da República e encontrava na conclusão da negociação com os bancos estrangeiros um meio de solidificar o suporte internacional a suas pretensões políticas. Por isso, Fernando Henrique estava disposto não só a respeitar integralmente as condições aceitas por Collor como a introduzir modificações nos termos originais que tornaram o acordo ainda mais oneroso para o País."

Esse acordo significou, na prática, um efetivo aumento dos pagamentos e a pulverização dos credores.

De 1994 até os nossos dias, a dívida externa mais que dobrou, alcançando 207 bilhões de dólares em setembro/2001 e a dívida interna mais que decuplicou, passando dos 60 bilhões de reais (1994) para 672 bilhões de reais! (O mesmo Governo que criou a LRF pratica a irresponsabilidade, aumentando a dívida dessa forma, apesar do aumento da carga tributária de 27% para 34% do PIB)

Esse crescimento absurdo decorre do modelo de política econômica adotada pelo governo FHC, que implantou diversas medidas objetivando "estabilizar" a moeda e "acabar com a inflação". Essas medidas renderam enormes frutos políticos, mas está custando muito caro à Nação.

As principais medidas adotadas, em perfeita sintonia com o Consenso de Washington, foram:

- n elevação substancial das taxas de juros (essa medida tem a ver com a atração de capital especulativo para fechar nossas contas, daí vem as benesses na legislação do IR que privilegiam o capital e, para compensar, tem que onerar os trabalhadores = INJUSTIÇA FISCAL)
- n abertura indiscriminada dos nossos portos
- n manutenção do câmbio artificialmente valorizado por muito tempo
- n redução do papel do Estado na economia – privatizações/cortes de gastos públicos.

n produção de superávits primários

E ainda:

n Saneamento das empresas públicas antes da privatização

n Assunção de dívidas de estados e municípios

n Programas de socorro a bancos públicos e privados (PROER I e II)

n Todas essas medidas contribuíram para o aumento da dívida pública e nos tornaram mais DEPENDENTES. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA leva à DEPENDÊNCIA POLÍTICA e à DEPENDÊNCIA COMERCIAL [ALCA] .

HOJE, nossa situação é dramática. Estamos dependendo de consideráveis volumes de recursos para fechar as contas externas. As agências de risco internacionais nos impõem classificação depreciativa, dificultando a colocação dos títulos públicos brasileiros no mercado internacional, forçando-nos a oferecer abusivas taxas de juros, que nos levam a uma situação complicada, tendo o órgão de pesquisa e consultoria baseado em Londres, Economist Intelligence Unit, emitido, em julho deste ano, relatório afirmando que o Brasil está entre os países emergentes, ao lado da Argentina e Turquia, "com mais chance de não honrar suas dívidas externas".

Uma rápida análise do Orçamento da União mostra o grau de comprometimento dos recursos públicos com a dívida. Essa análise serve também para evidenciar, principalmente para nós, auditores, que ajudamos a arrecadar os recursos, para que estamos trabalhando, para onde está indo todo fruto, todo esforço do trabalho fiscal: Cerca de 2/3 dos recursos orçamentários são destinados ao pagamento da dívida pública, em detrimento dos investimentos que atenuem a enorme "dívida social" de nosso país.

Vale a pena analisar alguns itens do Orçamento da União para este ano:

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO

Previsão de gastos para ao exercício de 2001: R\$948,87 bilhões de reais

DESPESAS (Itens selecionados)	VALOR (Em Reais)	PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL ORÇADO
Investimentos	18,33 bilhões	1,94%
Pessoal e Encargos Sociais	58,12 bilhões	6,12%
Juros e Encargos da Dívida	70,30 bilhões	7,41%
Amortização/Refinanciamento da Dívida	607,54 bilhões	64,03%
Demais despesas	194,58 bilhões	20,50%
TOTAL	948,87 bilhões	100,00%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (SIAFI - GEINC/CCONT/STN – Tabela 7)

É evidente a supremacia dos gastos com o endividamento: 677,84 bilhões de reais. Grande parte dessa dívida não será paga no ano 2001, e será “rolada”, ou seja, será refinanciada, sendo substituída por novos empréstimos, com vencimento futuro, e os valores não-pagos integrarão o estoque da dívida, sobre o qual incidirão os novos encargos, tornando os compromissos com o endividamento cada vez mais onerosos.

A parcela que será refinanciada foi estimada em 537,69 bilhões de reais (Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI - GEINC/CCONT/STN – Tabela 10).

Excluindo-se do total destinado a Juros e Amortização da Dívida (R\$677,84 bilhões) a parcela que será refinanciada (R\$537,69 bilhões), o valor destinado ao serviço da dívida pública ainda é absurdo: 140,15 bilhões de reais!

Para se ter uma idéia da grandeza deste valor, a previsão de arrecadação total com tributos (strictu sensu), pela União, no mesmo período é de R\$88,36 bilhões, ou seja, tudo o que se arrecadar com tributos, durante o ano de 2001, será consumido no pagamento da dívida, e ainda vão faltar R\$51,79 bilhões que terão que ser retirados das contribuições sociais (desviando recursos que deveriam estar indo para a saúde e seguridade social), de Outras Receitas (tais como as rendas auferidas com a privatização de estatais e com a prestação de serviços), mas principalmente por novos empréstimos. (Ver comparação de gastos com a dívida e com os principais Ministérios no folheto).

Diante desse quadro dramático, uma CHANCE IMPERDÍVEL se apresenta: Acaba de ser aprovada, na Câmara dos Deputados, a Proposta de Auditoria da Dívida Externa Brasileira apresentada pelo Deputado Federal Hélio Costa (PMDB-MG).

Vejo que esta pode ser a oportunidade para se resgatar tudo que foi levantado nas comissões que mencionei, fazendo com que esses fatos graves, lesivos à nossa soberania e à nossa dignidade não fiquem restritos ao discurso, mas sejam apurados até a raiz, e que surtam efeitos práticos e justos.

É preciso clarear por que o Estado brasileiro foi transformado nesse gigantesco mecanismo de transferência de recursos para os rentistas, apesar de sermos os campeões do mundo em desigualdade social.

O sucesso dessa nova Comissão que acaba de ser instalada dependerá muito da pressão da opinião pública. Também dependerá do engajamento dos cidadãos interessados em participar do resgate da dignidade de nosso país.

Por isso, conclamo todos os presentes a acompanharem esses trabalhos, a se interessarem por esse assunto, que afeta diretamente a vida de cada um de nós. Se a proposta é de AUDITORIA, nós, auditores, temos que nos envolver. Precisamos estar

atentos: acompanhando, cobrando e, na medida do possível, influenciando, ajudando e trabalhando efetivamente para que essa chance não seja desperdiçada. Precisamos lutar para que o fruto do nosso trabalho tenha destinos mais dignos de nossos esforços e do sacrifício de quem arca com a pesada e injusta carga tributária em nosso país.

Os trabalhos da "Auditoria Cidadã" prosseguirão, mesmo com a instalação dessa Comissão na Câmara dos Deputados, pois acreditamos que nossa luta é uma boa forma de pressionar.

No momento, estamos trabalhando a planilha que recebemos da liderança do PT no Senado Federal, contendo todas as Resoluções que aprovaram empréstimos externos.

Selecionamos os temas "Pobreza e miséria" e "Setor elétrico". Enviamos ofícios para todos os governadores dos estados envolvidos, para os tribunais de contas e empresas de energia elétrica. Queremos saber em quais projetos os recursos foram empregados e quanto já se pagou.

Recebemos a resposta, até o momento, apenas do presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, informando que "a operação de crédito está resguardada pelo sigilo bancário, na forma a Lei no. 4595/64".

Esta resposta nos provocou profunda indignação, pois a dívida é pública e somos nós que estamos pagando essa conta. É direito de todo cidadão ter acesso à informação sobre o destino dos recursos públicos e é obrigação do administrador prestar tal informação de forma clara e transparente. Para isso a Lei de Responsabilidade Fiscal não serve! Se presta a obrigar o administrador público a reservar, PRIORITARIAMENTE, a importância necessária ao cumprimento dos compromissos com a dívida, mas não o obriga a dizer à sociedade como está sendo gasto o seu dinheiro.

Só para esclarecer, a informação que solicitamos ao presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul consta da Resolução do Senado no. 59/1997 (governo Antônio Brito) e se refere a um empréstimo externo no valor de US\$100.000.000,00 (CEM MILHÕES DE DÓLARES) PARA COMBATER A POBREZA E O ÊXODO RURAL no estado do Rio Grande do Sul.

**PRECISA OU NÃO PRECISA FAZER UMA AUDITORIA?**

Também estamos efetuando, em conjunto com auditores do Banco Central e economistas do Movimento ATTAC em Belo Horizonte, cálculo do ônus representado pelas taxas de risco impostas ao Brasil ao longo dos anos. Entendemos que, se o risco não se efetivou (uma vez que temos sido os melhores e mais generosos pagadores do mundo), estas parcelas devem ser consideradas como pagamento antecipado do principal, abatendo o valor da dívida ou até sendo devolvidas.

Temos conseguido importantes parcerias e tem muita gente importante querendo nos ajudar a trazer à tona a verdade sobre o processo de endividamento brasileiro. O Dr. Aureliano Chaves, ex-vice-presidente da República e ex-Ministro das Minas e Energia estará se reunindo conosco na próxima semana (dia 26/11/2001) e já nos adiantou alguns dos temas que tratará. Vai falar sobre a utilização das estatais para se obter recursos necessários ao fechamento de balanço de pagamentos da União. As aquisições de equipamentos eram feitas antecipadamente, ficava tudo encaixotado, mas os juros do endividamento corriam e oneravam as empresas - as nossas empresas - que depois foram rifadas no processo de privatização implementado pelo Sr. FHC. Disse que é preciso efetuar levantamento pois o volume do endividamento é incompatível com as obras realizadas. O Dr. Aureliano ressaltou também a "necessidade de se fazer um estudo comparando-se o crescimento do endividamento com o crescimento do PIB. Vai ficar evidente a especulação com papéis". Ele nos disse que o "os governantes têm que responder pelos atos de governo; não podemos viver da bonita aparência dos discursos(muito em moda nos últimos dias), mas sim de acordo com a verdade".

Enquanto prosseguimos com os trabalhos da "Auditoria Cidadã", vigiaremos os trabalhos da comissão que ora se instala na Câmara. Procuraremos acompanhar de perto cada relatório daquela comissão. Essa tarefa é nossa - como auditores e cidadãos. É o cumprimento de nosso papel social. O que está em jogo, afinal, é a nossa verdadeira independência, até hoje não conquistada, pois somos prisioneiros e reféns dessa dívida que nos massacra.

Vamos fazer algo, antes que não restem mais opção algumas como nossa vizinha Argentina.

O presidente da DEN do UNAFISCO SINDICAL, disse que "a sociedade tem que saber de que lado estamos" .

Para clarear isso, cito "Emir Sader" que em seu artigo publicado na revista "Caros Amigos" nº 56, declara:

"Estou com os de baixo. Não porque tenham necessariamente razão. Mas porque estão embaixo, porque são a grande maioria, porque são humilhados, ofendidos, discriminados, bombardeados assassinados.

Estou com eles e não me arrependo. Não me arrependo de perder com eles. É melhor do que ganhar com os que os discriminam, os exploram, os ofendem, os humilham, os bombardeiam."

Façamos isso, em honra de Tiradentes, e de tantas vítimas que essa dívida já causou.

Obrigada.

